

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da procuradora da República subscritora, no exercício de suas funções institucionais previstas na Constituição Federal e na legislação vigente, evocando especificamente o disposto nos arts. 127, caput, e 129, III e VI, da Constituição da República, arts. 6º, XX, e 13 da Lei Complementar n.º 75/93, e art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, vem expor e recomendar o que abaixo segue:

1. CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

2. CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, CRFB);

3. CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, CRFB);

4. CONSIDERANDO que o disposto no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993, e no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/1993, prevê, dentre as atribuições do Ministério Público, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao

respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

5. CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e da atuação de seus respectivos gestores, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37, *caput*, CRFB);

6. CONSIDERANDO que a garantia do direito à educação, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, *caput*, CRFB);

7. CONSIDERANDO que a Constituição Federal, nos arts. 205 e 206, consagra os objetivos e princípios que densificam o direito à educação "visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205);

8. CONSIDERANDO ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, constitucionalmente previsto no art. 227, com regulamentação dada pelos arts. 3º, 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990);

9. CONSIDERANDO ser constitucionalmente previsto no art. 208, VII o dever do Estado com a Educação, a ser efetivado mediante a garantia de atendimento no Ensino Fundamental, através de programas suplementares, dentre os quais, o de transporte (art. 54, VII, do ECA);

10. CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 10.709/2003) estabelece ser incumbência dos Municípios assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (art. 11, VI);

11. CONSIDERANDO a Lei nº 10.880/2004, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

12. CONSIDERANDO que a Resolução FNDE nº 12/2011 estabelece que o PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação, exigida a adequação dos veículos destinados a este tipo de transporte à legislação do Código Nacional de Trânsito e demais normas aplicáveis;

13. CONSIDERANDO a existência do programa "Caminho da Escola", criado pela Resolução FNDE nº 3/2007, com o objetivo de possibilitar a concessão, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos Estados e Municípios, de embarcações e de ônibus novos, estes com capacidade para 23 ou mais passageiros/estudantes;

14. CONSIDERANDO que a Resolução FNDE nº 45/2013 estabelece que os veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do programa "Caminho da Escola" deverão ser utilizados exclusivamente no transporte de estudantes matriculados nas redes públicas de ensino básico e instituições de educação superior, nos trajetos necessários para: I - garantir, prioritariamente, o acesso diário e a permanência dos estudantes da zona rural às escolas da rede pública de ensino básico; II - garantir o acesso dos estudantes nas atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico e realizadas fora do estabelecimento de ensino;

15. CONSIDERANDO que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB devem ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e de desenvolvimento da educação básica pública, particularmente na valorização do magistério;

16. CONSIDERANDO que, na apuração realizada na Notícia de Fato nº 1.28.200.000041.2018-41, constatou-se que a Administração Municipal de Jucurutu/RN permitiu que ônibus escolar adquirido com recursos federais (placas OJX9767 e RENAVAM 00506322297) fosse utilizado durante os quatro dias do carnaval de 2018 (10 a 13 de fevereiro) e em quatro deslocamentos diários, para transportar religiosos que participavam de um evento vinculado à Igreja Católica, denominado "Carnacristo" (deslocamento entre bairros situados nas extremidades da cidade: Novo Horizonte e Freitas), cujo veículo foi conduzido por agente público municipal não designado especificamente para a função, embora habilitado para o

transporte coletivo de passageiros;

17. CONSIDERANDO que o referido evento religioso, realizado em pleno carnaval, consiste em atividade não relacionada às finalidades do programa "Caminho da Escola" e PNATE;

18. CONSIDERANDO que o uso indevido desses veículos financiados com verbas federais ("Caminho da Escola", PNATE e FUNDEB) configura desvio de finalidade dos bens e/ou dos recursos apontados e prejudica a prestação de serviço de transporte escolar, atingindo o direito à educação dos estudantes, além de provocar o desgaste prematuro da frota, comprometendo sua vida útil;

19. RESOLVE:

20. RECOMENDAR ao Prefeito (VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO) e à Secretária de Educação do Município de Jucurutu/RN (MARIA LÚCIA DE MOURA):

a) que os veículos custeados com recursos federais da área de Educação (programa "Caminho da Escola", PNATE ou FUNDEB sejam utilizados apenas no transporte dos estudantes matriculados nas redes públicas de ensino básico e instituições de educação superior, nos trajetos necessários para:

a.1) garantir, prioritariamente, o acesso diário e a permanência dos estudantes da zona rural às escolas da rede pública de ensino básico;

a.2) garantir o acesso dos estudantes nas atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico e realizadas fora do estabelecimento de ensino;

b) que se abstenham de autorizar/liberar o uso dos referidos veículos para outras finalidades, tais como transporte de pacientes, grupos religiosos, grupos artísticos, grupos de municípios para atividades festivas etc., salvo as hipóteses previstas no subitem a.2 desta recomendação, devendo, neste caso, ser a atividade devidamente documentada nos termos do art. 3º, §§1 e 2º, da Resolução FNDE nº 45/2013.

21. Conceda-se aos destinatários o prazo de 10 dias para que se

MPF

Ministério Público Federal
Seu direito, nosso dever.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CAICÓ-RN
Notícia de Fato nº 1.28.200.000041.2018-41

pronunciem comprovadamente sobre o acatamento ou não da presente recomendação e medidas eventualmente adotadas para seu cumprimento. A ausência de resposta no prazo assinalado será compreendida como não acatamento.

22. Encaminhe-se cópia deste documento à Câmara Municipal de Jucurutu, para conhecimento e acompanhamento.

23. **EFICÁCIA DA RECOMENDAÇÃO:** a presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências solicitadas, e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os responsáveis inertes em face da violação dos dispositivos legais e direitos acima referidos.

Caicó/RN, data da assinatura eletrônica.

MARIA CLARA LUCENA DUTRA DE ALMEIDA BRITO
Procuradora da República